

Os usos sociais da cidade: o caso dos pescadores no Parque Ecológico do Cocó

Gleison Maia Lopes¹ e Danyelle Nilin Gonçalves²

1 Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

2 Professora Doutora do Departamento de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC

RESUMO: Analisar os usos do espaço público da cidade de Fortaleza, especificamente no Parque Ecológico do Cocó, e os conflitos e tensões decorrentes dessas apropriações foi o objetivo dessa pesquisa. O Parque do Cocó foi juridicamente demarcado em 1989. Entretanto, devido a questões burocráticas, o parque ainda não possui existência jurídica, o que dificulta a demarcação formal dos usos aceitos e coibidos dentro e no entorno desse espaço. Conversas, entrevistas semi-estruturadas e etnografia dos usos pesquisados foram ferramentas aplicadas no momento da pesquisa. Foucault (1972; 1972; 2005), Certeau (1994), Bourdieu (1996; 2009) e Elias (2001) são os principais instrumentais teóricos utilizados no artigo, um diálogo travado através de concordância e divergência teóricas que fazem nascer um aparato teórico pertinente aos campos de análise propostos nesta análise. A pesquisa apreendeu que as relações de poder no Parque se dão em um espaço de contínua tensão social, atravessado por instituições disciplinares e por diversificadas práticas culturais empreendidas por não menos diversos sujeitos sociais, que, possuindo uma força de agência não circunscrita ao poder legítimo, elabora e age dentro do sistema de relações ao qual se encontra.

Palavras chave: Espaço Público, Cotidiano, Identidade, Resistência.

ABSTRACT: **The social uses of the city: the case of fishermen in the Ecological Park Cocó.** To analyze the uses of public space in the city of Fortaleza, specifically in Coco Ecological Park, and the conflicts and tensions arising from these appropriations was the objective of this research. The Park Coco was juridically demarcated in 1989. However, due to bureaucratic issues, the park does not have any legal existence, which hinders the formal demarcation of uses accepted and restrained in and around of this space. Conversations, semi-structured interviews and ethnography of the uses were researched tools applied at the time of the survey. Foucault (1972; 1972; 2005), Certeau (1994), Bourdieu (1996; 2009) and Elias (2001) are the main theoretical tools used in the article, a hung agreement through dialogue and theoretical divergence that give birth to an apparatus relevant to the fields of theoretical analysis proposed in this analysis. The research that seized power relations in the Park are given in a space of continuous social tension, crossed by disciplinary institutions and diverse cul-

tural practices undertaken by no less diverse social subjects, which, having a strength of agency not restricted to legitimate power, draw up and acts within the system to which this relationships.

Keywords: Public Space, Everyday Life Identity, Resistance.

1 Introdução

As práticas e relações sociais resultantes da apropriação cotidiana do Parque Ecológico do Cocó em Fortaleza/CE por pescadores, que utilizam esse espaço antes mesmo da criação desse Parque, foi o objetivo desta pesquisa. Buscou-se entender os conflitos e formas de sociação entre esses sujeitos, anteriores a criação do parque (pescadores), e os novos indivíduos que se inserem naquele espaço a partir da regulação jurídica daquele campo (Gerência do Parque e policiais ambientais responsáveis pela segurança do mesmo).

Dialogar essas questões de disputas pelo uso e apropriação do Parque do Cocó nos fornece ferramentas de entendimento das relações de poder constitutivas das disposições sociais dos indivíduos na cidade e em seus espaços públicos. Uma oportunidade de se analisar não só a produção objetiva da cidade e a disposição dos sujeitos dentro destas, mas das formas de ressignificação e insurgência existentes dentro do espaço urbano da cidade. Uma análise que, mesmo centrada em um espaço específico da cidade, o Parque Ecológico do Cocó, reflete, em si um processo metonímico das lutas e disputas pelo direito ao uso e acesso à cidade e seus espaços.

O Parque Ecológico do Cocó é uma área verde de grande importância social, econômica e política dentro da cidade de Fortaleza. Objeto de disputa entre sujeitos diferenciados que divergem entorno da definição dos rumos legítimos dessa área. Conflitos que existem de maneiras diferenciadas nesse espaço, podendo ser de esferas variadas. Uma destas, a esfera política, da visibilidade, onde os sujeitos conflituam acerca da apropriação, construção e desenvolvimento daquela área da cidade.

Partidos políticos, movimentos sociais e ambientais, empresários e órgãos governamentais se relacionam e estabelecem relações na disputa pela definição de uso e apropriação desse campo¹. Conflitos que se estabelecem em diversos campos dentro da cidade, tais como: audiências públicas, manifestações, palestras entre outras formas de disputa.

Outra forma de conflito, e que nos interessa nesse momento, é o resultado das formas cotidianas de uso e ocupação desse espaço. Um conflito estabelecido sob as pequenas relações travadas pelos sujeitos no momento de produção de sua vida em sociedade. Nas interações estabelecidas dentro do parque que trazem consigo formas de

¹ Entre Julho e Outubro de 2013 um evento fez refletir de maneira objetiva esse conflito acima mencionado: Protestando contra a construção de um viaduto no entorno do Parque Ecológico do Cocó, um grupo composto por ambientalistas, políticos, estudantes, anarquistas e outros sujeitos ocuparam os terrenos onde estava o início dessa construção, permanecendo acampados por quase 90 dias e estabelecendo batalhas judiciais com a Prefeitura Municipal de Fortaleza e os empresários responsáveis pela construção do referido viaduto. Conflitos e prisões seguiram ao processo de invasão e expulsão dos acampados, gerando formas de pensar a realidade do parque através das formas de relação e conflitos existentes entre os usuários do espaço.

sociabilidade conflituosas e que resultavam em formas de interação cheias de sentido e significado que se traduzem nas ânsias investigativas desta análise.

A metodologia empregada nesta pesquisa foi a etnografia das relações observadas em campo, pois as formas de interação e relação existentes entre os sujeitos demandavam, para sua observação, uma estratégia investigativa que inserisse a pesquisa dentro das esferas de relação social entre os sujeitos e no momento da produção destas. Entrevista semiestruturadas e análises dos discursos dos sujeitos também foram ferramentas da pesquisa, além da pesquisa bibliográfica e documental que embasaram esta análise em suas mais diferenciadas etapas.

Entretanto, antes de analisarmos o campo de pesquisa propriamente dito, faz-se necessário uma análise das formas de produção do conhecimento nas ciências sociais sobre as cidades e seus agentes, pois se acredita que, desse modo, poder-se-á entender a forma como historicamente se pensou a cidade e, por consequência, sob que alicerces as formas científicas atuais, de ver e pensar a cidade e seus sujeitos, estão ancoradas. Pretende-se, desse modo, perceber em que pressupostos teóricos e metodológicos essa pesquisa esta alicerçada, concluindo que ela é resultado de um percurso histórico de produção do conhecimento.

2 O cotidiano como objeto de estudo nas grandes cidades

Se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais (MARTINS, 2011, p. 52)

Na citação acima, José de Souza Martins faz uma análise do motivo e maneiras de como a sociologia atentou para uma análise da vida cotidiana, uma análise do mundo vivido *in lócus* pelos indivíduos dentro de suas relações sociais diárias. Essa “sociologia do detalhe” passa a analisar não mais apenas as grandes estruturas e macroeconomias, mas também a buscar o entendimento do “homem ordinário”² em suas mais variadas relações e atribuições de valores e significados. É dentro desse contexto que a pesquisa se insere.

A pesquisa que ora se apresenta tem como intenção elaborar uma análise de um espaço que, mesmo sendo circunscrito dentro do mesmo espaço urbano do pesquisador: a cidade, tem como objetivo de análise uma realidade que, não necessariamente, é a mesma partilhada e vivenciada pelo mesmo, podendo possuir significados e valores diferenciados da realidade do pesquisador que, com o objetivo de entender essas particularidades, adentra na respectiva realidade que, mesmo existindo em seu local de moradia e significação pode trazer consigo códigos e formas de vida diferenciadas dos seus referencias primeiros oriundos de sua socialização.

Concorda-se com Barreira (2012) quando esta menciona que:

² Ver Michel de Certeau. CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano - Artes de fazer. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 3ª edição. Vol.1, 1994..

A proximidade, por outro lado, também produz cegueiras. Cidades cujos códigos de tão conhecidos já não são vistos como tais podem tornar a observação “cega de tanto ver”, permeável as ilusões do já assimilado como evidente. Assim olhar a cidade onde se mora pode induzir ao desconhecimento de “já visto” e por esse motivo incorporado à paisagem natural do saber. (BARREIRA, 2012, p. 15)

Desse modo, atento às cegueiras que nossa sociabilidade vivida nos entrega como evidentes, tentar-se-á nesse artigo elaborar uma análise de fenômenos sociais inseridos na realidade urbana da cidade de Fortaleza, especificamente no Parque Ecológico do Cocó.

O grupo empírico da pesquisa foi os pescadores do Parque Ecológico do Cocó, pois esse grupo é o que melhor pode fornecer os mecanismos de entendimento da realidade pesquisada. Esse trabalho faz parte de um trabalho maior que objetiva entender os usos da cidade, especificamente de pescadores e lavadeiras dentro do espaço urbano de Fortaleza, especificamente no Parque Ecológico do Cocó. Entretanto, esse artigo, atenta-se aos usos executados pelos pescadores daquela área.

O parque em estudo é uma região de grandes contrastes econômicos e sociais. Uma das áreas mais valorizadas economicamente dentro da cidade e que congrega em si usos do espaço que vão de encontro a essa valorização, usos tradicionais que não se encaixam na dinâmica da valorização imobiliária que tende a homogeneizar e estabelecer mecanismos de usos da cidade guiados pelo poder de compra dos “aspirantes” a usuários desse local.

Buscar-se-á nesse artigo elaborar uma análise das relações de poder existentes dentro do espaço público da cidade de Fortaleza, especificamente no Parque Ecológico do Cocó, entendendo como se dão as relações entre usos tradicionais daquele espaço, representado pelos pescadores da região, e os usos planejados e normatizados para aquele espaço, através das normas estabelecidas pela gerência do parque acerca dos usos aceitos naquele local.

Entende-se a figuração como uma realidade concreta construída sócio-historicamente (Elias, 2001), buscando analisar os processos de interdependência existentes entre os indivíduos praticantes e usuários desse espaço, tendo como objetivo analisar as relações de poder existentes nesse processo e as resistências (Foucault, 2005) inerentes a esse contexto. Entretanto, deve-se fazer uma análise do processo histórico de criação do Parque do Cocó para relacionar essa criação com o contexto histórico social pelo qual essa região passou, entendendo as ações e indivíduos inseridos no processo histórico de criação desse espaço.

3 Histórico da criação do Parque Ecológico do Cocó

Em 15 de novembro de 1980 foi inaugurado, pelo Prefeito Lúcio Alcântara, o Parque Adahil Barreto, porção que compõe a área do atual Parque Ecológico do Cocó. Esta ação pode ser percebida como fruto das mobilizações sociais que marcaram o período anterior a esse momento, congregando diversos atores sociais em torno da defesa ambiental.

Essa luta obteve resultado satisfatório quando o Parque Ecológico do Cocó foi juridicamente criado em outubro de 1989, pelo Decreto Estadual Número 20.253. O referido decreto declarava a desapropriação das áreas delimitadas para a implementação do denominado Parque como de “interesse social”. A área abrangida³ possuía em sua quase totalidade de extensão, manguezal, com influência flúvio-marinha, sujeita a inundações permanentes. Posteriormente, a área de abrangência do Parque foi ampliada⁴ ao tamanho tido pelo parque atualmente (Figura 1).

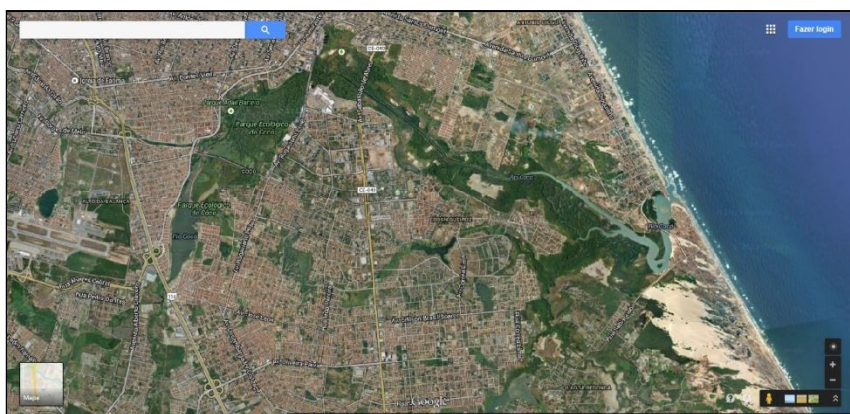


Figura 1: Parque Ecológico do Cocó

Fonte: Pesquisa Direta. Gleison Maia Lopes, 2014.

Entretanto, desde aquele momento inicial de demarcação do espaço do Parque para futura criação até os dias de hoje, este não foi criado oficialmente e, portanto, não existe juridicamente, existindo de “fato”, mas não de “direito”. Especulação social, imobiliária e devastação da área verde são partes dos problemas resultantes dessa problemática acima mencionada. Essa questão há tempos ocupa papel relevante e central nas discussões acerca dos rumos da cidade, nas mídias, universidades e população em geral.

Interessante analisar que nesse contexto de criação social, mas não jurídica do Parque Ecológico, houve e continua a haver uma normatização e padronização dos usos sociais daquele espaço, normatização incrustada pela forma de leis e decretos de usos do espaço urbano. Entretanto, esse processo não acontece sem lutas e resistências, pois os indivíduos que não estão inseridos diretamente nesse processo de construção de uma legitimidade de apropriação do espaço se “rebelam” e constroem sua realidade social a partir de suas visões de mundo.

Nesse contexto se apresenta uma conflitualidade nas formas de apropriação dos espaços sociais no Parque. Um conflito que se elabora através de formas de resistências diárias a normatizações do espaço do Parque. Foucault (1972) menciona que as resistências ocupam um papel central na análise do poder como estrutura dominante, pois

³ Compreendia o trecho entre a Rua Sebastião de Abreu e a BR-116, no município de Fortaleza-CE.

⁴ Por meio do Decreto Número 22.587, de 8 de julho de 1993, abrangendo a área situada entre a Rua Sebastião de Abreu até a foz do Rio Cocó.

apenas com uma análise completa das formas de resistência poder-se-ia entender como funcionam as estruturas de dominação e quais seus dispositivos de poder.

4 Conflitos, resistências e ressignificações no uso do Parque Ecológico do Cocó: o caso dos pescadores

Em 2007, tendo em vista “trazer mais segurança ao Parque” que vinha sendo utilizado como esconderijo de pessoas que cometiam atos infracionais, segundo as autoridades públicas, o Parque foi cercado fazendo com que passasse a não ter mais algumas entradas anteriormente utilizadas. A partir desse momento, elas passam a ser fisicamente demarcadas pela gerência institucional (Figura 2) e reguladas de acordo com horários rígidos de abertura e trancamento dos portões de acesso ao parque.



Figura 2: Vista de uma das quatro entradas delimitadas pela cerca no Parque Ecológico do Cocó.

Fonte Pesquisa direta, Gleison Maia Lopes, 2012

Foucault (1972) analisa que as relações de poder não são ações que atuam diretamente e objetivamente sobre o indivíduo, mas sim sobre suas ações, analisando que as relações de poder são um conjunto de ações que tem como objetivo a intervenção em outras ações possíveis. Foucault não tira a agência do indivíduo (objeto da ação de poder), demonstrando que é estritamente necessário que a conduta do indivíduo sempre seja pautada por um conjunto de ações possíveis e que as relações de poder apenas existem onde há uma relação de liberdade entre os indivíduos, mencionado como ordem dos possíveis.

O autor empreende uma análise do poder como uma teoria da relação, onde essa força não tem uma localização fixa, mas relacional. Tal mecanismo pensa as práticas individuais, consonantes com o poder ou não, inseridas objetivamente nesse processo como resultados necessários das variadas relações resultantes da ação do Poder. Portanto, o cotidiano passa a ser pensado como um espaço de contínua tensão social, atravessado por instituições disciplinares e por diversificadas práticas culturais empreendidas por não menos diversos sujeitos sociais, que, possuindo uma força de agência

não circunscrita ao Poder, elaboram e agem dentro do sistema de relações no qual se encontram.

Pode-se apreender essa relação empiricamente no caso das cercas colocadas no Parque do Cocó, onde a normatização dos usos imposta pelo uso das cercas é burlada por ações que desviam/distorcem as ações planejadas para aquele espaço. Tais formas de se “driblar” e “confrontar” as cercas ali colocadas ocorrem nos momentos de busca pelas iscas da pesca, pois o único modo de ter acesso a elas é entrando nas margens do rio e entorno (Figura 3).



Figura 3: Pescadores entrando, por entre o desnível entre cerca e ponte do Rio Cocó, nas margens do Rio.

Fonte: Pesquisa Direta. Canuto Diógenes Saldanha Neto. 2011.

A cerca passou a ser percebida como obstáculo a ser transposto pelos pescadores da região, por isso, várias outras táticas foram utilizadas para criar determinados contra-usos àquele espaço. Entende-se aqui contra-usos no sentido mencionado por Leite (2002) onde o espaço recebe formas de uso e (re)significação que não se inserem nas formas de apropriação normatizadas e legalizadas.

O próprio corpo se adéqua a essas novas condições para transpor os obstáculos, onde os pescadores se esforçam para entrar no parque pelas brechas deixadas pelo desnível entre cerca e ponte do rio. Outra tática (CERTEAU, 1994) utilizada para transpor essa normatização do modo de acesso ao espaço público foi a descaracterização da estrutura física da cerca (Figura 4), tendo em vista deixá-la mais frágil e, portanto, mais acessível àqueles que desejassem entrar naquela parte do rio para buscar suas iscas.



Figura4: Cerca danificada para entrada dos pescadores nas margens do Rio Cocó em baixo da ponte do Parque do Cocó

Fonte: Pesquisa direta. Gleison Maia Lopes, 2012.

Esse gesto demonstra muito mais do que apenas uma adequação as formas de uso e ocupação do espaço público no Parque. Evidencia resistências e conflitos de legitimidades, que vão de encontro à maneira ordenadora e oficial do processo de ocupação do espaço público no Parque do Cocó. Goudsblom (1998) menciona que

Los hombres (personas) constituyem unos com otros figuraciones; son los seres humanos, lãs personas quienes crean las situaciones; de las figuraciones surgen lãs situaciones a las cuales los hombres adaptan su comportamiento de acuerdo com lãs relaciones de poder y según la apreciación que tienen de éstas. (GOUDSBLOM, 1998, p. 69)

Pensar essa relação como conflito de diferentes formas de legitimidade faz nascer uma forma de apreensão do real que coloca em questão o modo como se pensou, até esse momento da pesquisa, a distribuição dos indivíduos, acima referidos, dentro da esfera social. Elias (2001) menciona que

Pisamos em solo mais firme quando o ponto de partida não são muitos indivíduos singulares, mas a figuração que formam entre si. A partir dessa perspectiva, não é difícil entender a perfeita conveniência das atitudes, o cálculo preciso dos gestos, a nuance das palavras, em suma, a forma de específica racionalidade que se tornou uma espécie de segunda natureza dos membros dessa sociedade. (ELIAS, 2001. P. 110)

Desse modo, busca-se pensar esse contexto, não apenas como um ato individual, mas como integrado dentro de uma esfera de significações, onde atitudes como “burlar” símbolos de exclusão se inserem numa problemática de figuração entre grupos heterogêneos usuários de um espaço comum e inseridos numa problemática de poder específica.

Entretanto, fazendo um exercício de análise e tentando pensar essas ações para além do conflito de diferentes legitimidades figuracionais podemos “apreender” o conflito entre o formal e informal naquele espaço não apenas como conflito de legitimida-

des, mas também como resultado necessário de um processo de institucionalização do poder normatizador da cidade, especificamente no Parque Ecológico do Cocó.

Na medida em que, para Foucault (1972), é estritamente necessário e “saúdável” à existência do poder que haja a existência de outras formas de significação e práticas que não as instituídas formalmente, pois a liberdade (aqui entendida como diversas formas de conduta possível frente à uma imposição normativa de ação) é figura essencial na existência e manutenção do poder.

Desse modo, pensar-se-á o espaço social acima referido embasando-se no conceito de campo elaborado por Bourdieu (1996), onde o campo passa a ser percebido a partir das posições ocupadas pelos indivíduos dentro do sistema das relações de poder estabelecidas. Segundo Bourdieu

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades (BOURDIEU, 2009, p. 27)

Pinto (2000), referindo-se à teoria do mundo social em Bourdieu, menciona que no mundo social, *ser* é estar situado dentro de um espaço social específico e situar-se num espaço diferenciado, ajustando-se aos seus próprios possíveis e a ele somente, mencionando que os códigos e sentimentos de pertencimento são fatores preeminentes na construção desse *ser* e das condutas por este tomadas.

Destarte, pode-se pensar o Parque do Cocó como espaço de diferentes figurações, local de significados grupais específicos, partilhado por grupos sociais específicos inseridos numa relação de poder, cada um destes com seus códigos e significações particulares inseridos em um campo de relações.

Isso não quer dizer que haja uma independência desses grupos em relação aos demais, pois sua existência, assim como afirma Elias (2001), se dá e se concretiza na existência do “pólo oposto”. Seria, desse modo, impossível pensar os *outsiders* sem pensar os estabelecidos, assim como seria tarefa falha pensar um rei sem seu aparato de submissão, sem os indivíduos submissos que compõe a estrutura do império. Destarte, essa interdependência pode ser percebida em variadas formas, o discurso reflete formas dessa figuração.

Foucault (1972) faz uma análise do modo como o discurso se insere na problemática acerca da definição e criação das representações sociais que seria a loucura. Foucault (1972) menciona que

A Loucura também tem seus jogos acadêmicos: ela é objeto de discursos, ela mesma sustenta discursos sobre si mesma; é denunciada, ela se defende, *reivindica* para si mesma o estar mais próxima da felicidade e da verdade que a razão, de estar mais próxima da razão que a própria razão (FOUCAULT, 1972, p. 19)

Em conversa informal com guardas e trabalhadores do Parque do Cocó, muitas vezes ouvi frases como: *Pescar? Pescar não pode não, isso não tá proibido de hoje não, sempre foi proibido, pode não!* Tais frases revelam em si um incipiente e diverso mo-

do de conflito e proibição desse uso social do Parque, uso que se revela cotidiano dentro daquele espaço e que não se extinguiu devido a sua não aceitação através de normas de uso do espaço.

Desse modo, pode-se fazer um paralelo e analisar os discursos dos pescadores e dos guardas sobre suas atividades específicas, onde se encontram os conflitos de demarcação e tentativa de legitimação dos usos. Segundo pescador entrevistado: *Antigamente nós podia pescar onde quisesse, hoje não, só pode pescar em uns canto, se pescar em outro eles (referindo-se aos parque responsáveis pela vigilância do parque) vem e toma as coisas*. Percebe-se na fala anteriormente colocada uma territorialidade acerca das permissões dos usos dentro do espaço do parque.

Segundo Hirata (2010) os processos que produzem certas territorialidades são produzidos em relações de força dos atores a partir das diversas posições que estes ocupam nas negociações que articulam as formas de regulação das economias, informais, ilegais ou ilícitas, ou seja, a partir da posição que esses indivíduos ocupam no jogo relacional dessa figuração social específica.

Desse modo, esse espaço traz consigo conflitos sociais de uso e apropriação do espaço urbano da cidade, que perpassam a dicotomia do público e privado e que estabelecem em torno de si criação de laços de pertencimento, resistências sociais e fortalecimentos de identidades entre os indivíduos que naquele local interagem.

Entretanto, pensando a efetividade das proibições de certos usos no Parque do Cocó, percebemos que sua proibição se dá num plano do discurso em contraposição a uma efetiva coibição desses usos “ilegais”. A “invisibilidade” dos pescadores, dentro do espaço do Parque, faz com que os guardas não coíbam essas atividades, pois elas não estão “aos olhos” dos demais usuários do espaço, que muitas vezes até desconhecem a existência de pescadores naquela região.

A pesca no Parque acontece em alguns pontos específicos, sejam eles: as margens da ponte do Rio Cocó e as margens do Rio (embaixo da referida Ponte). Esses espaços não estão inseridos no espaço de usos legítimos do Parque, se configurando como espaços periféricos dentro desse local. Em conversa informal com um pescador, indaguei se ele não tinha receio de pescar ali e de ser repreendido por algum fiscal. A resposta foi bem emblemática: *“aqui pode pescar sim (referindo-se a ponte). Não pode pescar é ali (apontando para o espaço do rio dentro do Parque do Cocó. Se pescar ali, aí sim eles reclamam)*.

Analisar a entrevista acima mencionada tendo como ótica de pensamento essa posição teórica de Hirata, fez nascer a seguinte hipótese: existe nesse espaço um “pacto” social em torno desses agentes, onde os guardas e os “transgressores” das normas estabelecidas, através das relações de forças existentes nesse espaço, negociam⁵ as formas de uso desse espaço, fazendo do ilegal algo tolerado dentro de certos limites e extensões.

Elias (2001) menciona que:

⁵ Essa negociação deve ser percebida como um processo velado de estabelecimento de territorialidades e não como um acordo claro e reconhecido pelas partes legitimamente, mas sim estabelecido sócio historicamente nesse espaço, resultado de conflitos sociais de legitimidade no momento de uso e apropriação do local.

Nem todas as unidades sociais ou formas de integração dos homens são, ao mesmo tempo, unidades de habitação ou moradia. Mas todas elas podem ser caracterizadas segundo determinados tipos de configuração espacial. De fato, sempre são *unidades de indivíduos* relacionados entre si, ligados uns aos outros. E mesmo que o modo ou o tipo dessas relações nunca possa ser expresso essencialmente, em última instância, por meio de categorias espaciais, ele pode ser expresso *também* por meio de categorias espaciais. Pois a todo modo de agrupamentos humano corresponde uma determinada configuração do espaço *onde* aqueles indivíduos de fato estão ou podem estar reunidos, todos juntos ou divididos em unidades menores. Assim, a expressão de uma unidade social no espaço, o tipo de sua configuração espacial é uma representação tangível e — literalmente — visível de suas particularidades. Portanto as formas de habitação dos cortesãos oferecem um acesso seguro e evidente para a compreensão de determinadas relações sociais características da sociedade de corte. (ELIAS, 2001, p. 67)

Assim como as formas de habitação dos cortesãos oferecem um seguro acesso às formas de compreensão de determinadas relações sociais, essa configuração dos usos no espaço do parque, ligadas às maneiras permissivas de uso do espaço, onde os indivíduos imbuídos de um saber prático (resultado anteriores confrontos entre estes indivíduos e os guardas do parque) do que é acessível acerca dos usos e espaços permitidos agem de acordo com esses saberes, também pode oferecer mecanismos de entendimento das relações sociais de poder inseridas dentro do espaço do parque.

Existe, desse modo, uma espécie de “pacto de existência” nesse espaço, onde os “invisíveis” permanecem invisíveis à sociedade e os agentes de normatização “fecham os olhos” a essa atividade que “não deve” existir naquele espaço. Um pacto velado de forma conflituosa e através de difíceis laços, pois não se quer dizer que houve um pacto formal entre os sujeitos, mas sim que através de conflitos de poder dentro desse campo específico uma adequação estabelece uma linha tênue entre o permitido e o proibido.

Na medida em que, até esse momento da pesquisa, pôde-se perceber que as formas de regulação social em torno dos usos no Parque Ecológico do Cocó, são produzidas nesse jogo de relações entre o formal e o informal, entre o legal e o ilegal, como trabalhado por Hirata (2010), onde este menciona que os agentes de controle não surgem como os atores que aplicariam o interdito de certas práticas, mas sim os que negociaram com os supostos transgressores as formas de suspensão da interdição, criando passagens e oportunidades a partir de sua posição conferida pelo mundo social.

Podemos perceber que os usos cotidianos daquele espaço estabelecem formas de territorialidades específicas dentro desse espaço, pois, a priori, percebemos essas formas marginais de uso como substanciadas por coletividades enraizadas na consciência dos indivíduos partícipes de suas práticas (CERTEAU, 1994). A pesca no Parque do Cocó, mesmo sendo em um espaço “público” inserido no espaço da cidade, traz consigo privatizações e encarnações do indivíduo no espaço.

As territorialidades existentes no espaço de pesca do Parque do Cocó me fizeram pensar nas relações de poder dentro deste grupo específico e me intrigou a conhecer a

maneira como se dão essas disputas intragrupais. Durante entrevistas com pescadores da região, várias vezes me foi mencionado “que em tal local *a gente* não pesca não, por que só quem pesca lá é pescador *tal*”.

Silva (2001) menciona que:

Dominar o território é assumi-lo numa dimensão lingüística e imaginária; ao passo que percorrê-lo, pisando-o e marcando de uma ou de outra forma, é dar-lhe entidade física, que, evidentemente, se conjuga com o ato denominativo (SILVA, 2001, p. 16).

Essas territorialidades também se configuram nos grupos, pois como relatado em fala de antigas lavadeiras do Parque: “*só quem anda ali é pescador, nós não pisa lá não... agora nós tem pia pra gente*” ou em frases como: “*as lavadeiras são todas unidas, se mexer com uma mexeu com todas*”.

O autor menciona, com relação a essa questão que:

A macrovisão do mundo passa pelo microcosmo afetivo, a partir do qual aprendemos a denominar, a situar ou marcar o mundo que compreendemos não só de fora para dentro, mas originalmente ao contrário, de dentro, do meu interior psicológico, ou ainda, dos interiores sociais do nosso território para o mundo como resto (SILVA, 2001, p.16)

Pensando essas questões, faz-se necessário analisar as atitudes sociais, de uso do espaço feito pelos indivíduos, através desse prisma de construção de identidades sócio-individuais. Sempre construindo essas análises pensando a relação de normatização social existente entre os grupos usuários do espaço do Parque e os agentes responsáveis pela fiscalização e cumprimento dessas normas.

O Parque se insere, desse modo, numa rede de significações que, sabe-se, não se conseguiu apreendê-las totalmente, mas que desejou-se fornecer ferramentas de análise para futuras pesquisas que se pretendam compreender as formas de uso e disputas pela cidade. Uma cidade sempre em movimento, produzida através das relações sociais estabelecidas dentro de si, mas que refletem interesses diferenciados e que trazem intrinsecamente a heterogeneidade como marca latente de sua existência.

5 Considerações finais

Conclui-se, com a seguinte pesquisa, que o espaço social do Parque do Cocó se configura como um caleidoscópio de usos variados combinados de modo a formar uma configuração complexa de relações sociais e sujeitos diferenciados. Usos específicos em relações recíprocas de existência, conflitos e estabelecimento de identidades. Espaço onde o público assume diferenciadas formas de particularização e ressignificação, espaço de lutas simbólicas e demarcação social de espaços e aceitações. Um eterno devir de construção social estabelecido nas relações de poder inseridas naquele espaço que, assim como as relações sociais ali observadas, estão sempre em (re) construção.

O Parque do cocó, desse modo, passa a refletir uma luta pela cidade, pelo acesso aos seus espaços. Uma luta que não é vista nas grandes passeatas ou manifestações, mas sim nas formas minúsculas de resistência que constroem formas de insurgência a uma normatização e padronização do espaço. Entretanto, essas formas de conflito

constroem novos mecanismos de sociabilidade através de “pactos sociais” velados de aceitação dentro desse espaço. Pactos fundados na interação cotidiana que colocam em contato sujeitos diferenciados, mas interligados por noções de identidade e pertencimento ligadas a um mesmo lugar.

Usos tradicionais do espaço se relacionam com novas formas de apropriação da cidade, o que traz consigo conflitos de legitimidades que se embatem na construção de uma nova forma de urbanidade, caótica em sua aparência, mas inserida numa lógica homogênea das grandes cidades; de heterogeneidade de sujeitos e de uma normatização do espaço e seus usuários, através de reformas urbanas e direcionamento do desenvolvimento urbano das urbes.

6 Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- _____. *O poder simbólico*. 12 Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano - Artes de fazer*. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 3ª edição. Vol.1, 1994.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Vozes. 1972
- _____. *A história da loucura na idade clássica*. São Paulo. Editora perspectiva. 1972
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2005. Petrópolis, Vozes.
- GOUDSBLOM, Johan. *La teoria de La civilización crítica y perspectiva*. In WEILER, Vera. *Figuraciones em processo*. Fundacion social. Santafé, Bogotá, 1998.
- HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 2010.
- LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos e espaço público: Notas sobre a construção social dos lugares na mangueira*. Rev. Bras. Ci. Soc. Vol.17 n0.49 São Paulo, june 2002.
- PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Editota FGV, Rio de Janeiro, 2000.
- SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. São Paulo. Perspectiva; Bogotá. Coleção: Convênio Andrés Bello. 2001.

Artigo recebido em 27 de agosto de 2013.

Aprovado em 28 de março de 2014.